

AL NOTÍCIAS

Distribuição gratuita



Parlamento abre Agenda Positiva com audiência da BR-101

Ministério dos Transportes vai receber pauta de reivindicações em relação à obra, que integra lista de ações prioritárias para Santa Catarina defendida pela Mesa da Assembleia Legislativa

Carlos Kilian



A Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa realizou, dia 25, audiência pública para avaliar as obras de duplicação do trecho Sul da BR-101 entre Palhoça e Passo de Torres, no Rio Grando do Sul. Estudo encomendado pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) à Saporiti Engenharia fez um balanço do andamento das obras.

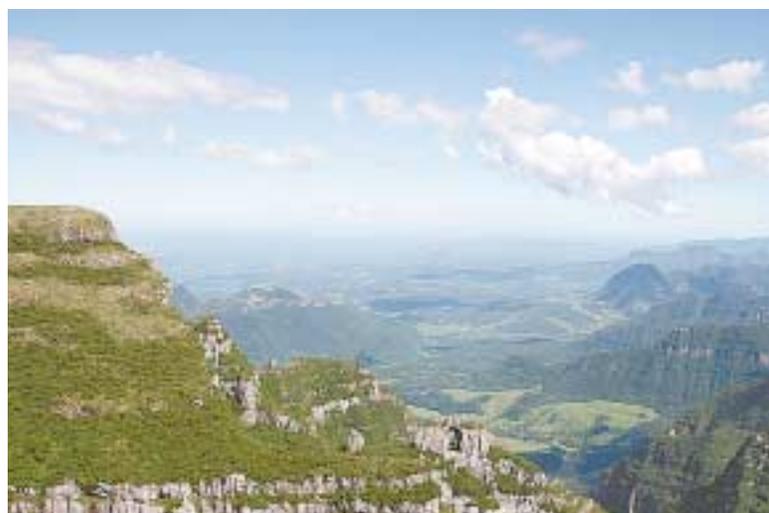
O levantamento apurou que dos 248,5 quilômetros de extensão do trecho, apenas 104 quilômetros já foram duplicados, cerca de 42% do total. A reunião apontou como principal entrave a dificuldade enfrentada por algumas empreiteiras que, por questões financeiras, não estão conseguindo honrar os contratos com o governo federal.

Primeira etapa da duplicação deverá ser concluída até o final de 2010 e a segunda até junho de 2012, conforme previsão do DNIT

Páginas 4 e 5

Urubici vai ganhar projeto arquitetônico para turismo

Solon Soares



Morro da Igreja é um dos pontos mais altos do Sul do Brasil

Página 4

Legislativo inicia calendário do Orçamento Regionalizado em São Miguel

Página 2

PP faz rodízio e Plínio de Castro toma posse no lugar de Silvio Dreveck

Página 7

Sustentar lança desafios para energia e consumo

Solon Soares



Presidente Jorginho Mello participa da abertura do fórum na Capital

Página 3

Plenário aprova admissibilidade de quatro medidas provisórias

Página 7

OPINIÃO

Projeto "Doadores do Amanhã"

O plenário da Assembleia Legislativa aprovou, por unanimidade, no dia 13 de maio, o projeto de lei nº 314/08, de minha autoria, que institui, em Santa Catarina, o programa "Doadores do Amanhã". Como parlamentar, acredito que o projeto é de extrema e fundamental importância, pois busca conscientizar os alunos das redes de educação pública e privada sobre a doação voluntária de sangue, órgãos e tecidos. Com seu trâmite encerrado no Parlamento, a proposta segue, agora, para sanção governamental.

Precisamos disseminar na cultura brasileira o hábito da doação voluntária através da informação e formação do jovem que será o futuro doador. A carência de doadores é hoje o maior obstáculo para os transplantes, já que não existe restrição absoluta à doação de órgãos, a não ser para soropositivos

e pessoas com doenças infecciosas ativas. O projeto de lei prevê, dentre outras ações, que o Executivo capacite servidores públicos para ministrarem palestras sobre os temas. Parcerias ou convênios com entidades públicas e privadas também poderão ser feitas pelo governo estadual.

No Brasil, temos quase 70 mil pessoas esperando na fila, enquanto são realizadas, apenas, 15 mil cirurgias de transplante. Precisamos reverter estes dados. Mesmo que os números coloquem Santa Catarina como destaque nacional, não podemos ficar parados. Inclusive, fomos citados no programa Fantástico, da Rede Globo, como referência nacional em doações.

Segundo dados, a cada dois segundos um paciente necessita de transfusão de sangue no Brasil, e em cada cinco pacientes internados em hospitais e/ou casas de

saúde necessitarão de transfusão de sangue durante o período em que permanecerem internadas. A cada doação de sangue três vidas são salvas e não existe ainda substituto para o sangue humano.

Boa parte da população só se volta para a necessidade da doação de sangue, órgãos e tecidos quando algum incidente ou imprevisto afeta um ente próximo. Porém, com a investidura desta proposta, iniciamos um grande movimento em prol da doação voluntária, levando aos nossos jovens catarinenses a importância deste ato. Espero que o programa "Doadores do Amanhã" contribua para que, dentro de um futuro breve, consigamos diminuir ou estabilizar esta dolorosa fila de transplantes, assim como tenhamos nossos bancos de sangue sempre abastecidos.

Deputado Manoel Mota (PMDB)

Um fórum para a pesca e a aquicultura

Para Santa Catarina, pesca e aquicultura são forças motrizes econômicas e sociais. Como principal produtor brasileiro, com mais de 150 mil toneladas, o Estado vê aumento significativo no número de aquicultores, no interior e no litoral, ao mesmo tempo em que mantém uma indústria forte vinculada à pesca.

Um setor tão significativo, em termos de geração de renda, precisava de um fórum legislativo específico para servir de plataforma de debates para seus problemas, expectativas e projetos. Foi com esta motivação que apresentamos a proposta para criação da Comissão de Pesca e Aquicultura, aprovado em 2008.

Com a Comissão instalada, em abril, conseguimos resultados nas duas primeiras reuniões, em questões apresentadas por pescadores artesanais, industriais e aquicultores. Criamos uma linha direta com a Secretaria Nacional da Aquicultura e Pesca (SEAP),

estabelecemos articulações e garantimos um fórum de debates que converge para soluções.

Em março, na primeira atividade, a Comissão participou da entrega de equipamentos a colônias de pescadores, maricultores e aquicultores do interior, em um conjunto de investimentos superior a R\$ 11 milhões. São retroscavadeiras, computadores, refrigeradores industriais, fábricas de gelo e caminhões.

Em abril, a primeira questão polêmica. O balizamento que antecede o período de captura da tainha, medida que evita conflitos entre as diversas modalidades de pesca e os praticantes de esportes náuticos, sofreu modificações em 2008. Uma portaria do Ibama determinava que os barcos de pesca artesanal não poderiam trabalhar a menos de 1,8 mil metros da costa, o que desagradou os cerca de 40 mil pescadores que dependem da atividade.

A comissão abordou o tema,

trouxe trabalhadores e empresários da pesca para o debate e, em uma ação rápida e articulada, apresentou ao Ibama e à SEAP os argumentos necessários à revisão da portaria. Antes do início da temporada da tainha, em 15 de maio, a regra foi modificada e a distância de 800 metros, retomada.

Na última semana, em um encontro com aquicultores familiares do Oeste, observamos novas demandas. A legalização dos açudes, a ampliação dos financiamentos e mais investimentos em assistência técnica aos produtores são questões urgentes, e que também terão a atenção da Comissão de Pesca e Aquicultura.

O trabalho está apenas começando, mas os resultados até agora demonstram o passo certo do legislativo, na criação deste importante espaço democrático.

Deputado Padre Pedro Baldissera (PT)

Assembleia entra no calendário do orçamento regionalizado

A Assembleia Legislativa vai mudar seu ritmo de trabalhos na próxima semana. Em virtude do calendário de audiências públicas para o Orçamento Regionalizado do Estado, que começa no dia 1º, em São Miguel do Oeste e Maravilha, não haverá sessões plenárias nas Comissões Permanentes da Casa. Os trabalhos legislativos retornam à normalidade na semana do dia 8.

As audiências públicas têm objetivo de consultar os municípios sobre quais obras e programas que o Executivo deve incluir no orçamento do Estado de 2010. As prioridades listadas deverão compor a Lei Orçamentária Anual (LOA). Este ano, outras regionais

também participarão das audiências, como Maravilha e Caçador. Segundo o presidente da Comissão de Finanças, deputado Marcos Vieira (PSDB), a novidade não modificou o número de dias, mas otimizou o tempo e encurtou distâncias. "O objetivo foi oferecer condições para que mais pessoas possam participar."

Sobre o atraso do governo estadual em consolidar algumas das prioridades apontadas pelas audiências do ano passado, o deputado defende que o Orçamento Regionalizado seja impositivo. "Há grande diferença entre um orçamento impositivo e um facultativo. Afirmo minha posição no impositivo. Caso contrário, é como prometer e não cumprir", observou.

[AGENDA]

- **Dia 1º de junho, 9 horas** - Audiência pública do Orçamento Regionalizado
Local: Auditório da Unoesc – São Miguel do Oeste
- **Dia 1º de junho, 9 horas** - Exposição de esculturas do artista Moair Nereu Nunes
Local: Galeria de Arte Meyer Filho - Florianópolis
- **Dia 1º, 15 horas** - Audiência pública do Orçamento Regionalizado
Local: Auditório do Maravilhas Park Hotel - Maravilha
- **Dia 2, 14 horas** - Audiência pública do Orçamento Regionalizado
Local: Salão de Atos da UnoChapecó – Chapecó
- **Dia 2, 19 horas** - Sessão especial em comemoração aos 10 anos da criação do microcrédito pela Associação das Organizações de Microcrédito de Santa Catarina (Amcred-SC)
Local: Plenário Osni Régis - Florianópolis
- **Dia 3, 14 horas** - Audiência pública do Orçamento Regionalizado
Local: Auditório Jurídico – Bloco V – Unoesc – Joaçaba
- **Dia 4, 14 horas** - Audiência pública do Orçamento Regionalizado
Local: Auditório da Universidade do Contestado – Caçador
- **Dia 4, 18 horas** - Sessão especial em comemoração aos 50 anos do ensino superior na Serra catarinense – Uniplac
Local: Campus da Uniplac - Lages
- **Dia 5, 14 horas** - Audiência pública do Orçamento Regionalizado
Local: Salão do Bloco G – Unidavi – Rio do Sul

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Branganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Solon Soares



Idealizador do fórum, em sua segunda edição, deputado Pedro Uczai com Pereira Costa, secretário-adjunto Nacional de Planejamento e Desenvolvimento Energético na solenidade de abertura

Sustentar 2009 lança desafios para um mundo sustentável

Fórum sobre energias renováveis e consumo responsável atrai mais de 600 participantes nos três dias do evento

Especialistas de diversas áreas relacionadas à sustentabilidade participaram nos dias 27, 28 e 29, da segunda edição do "Sustentar 2009 – Fórum sobre energias renováveis e consumo responsável", que tem como missão estreitar as discussões sobre a relação entre energia renovável, produção de alimentos, mudanças climáticas e futuro do planeta. Mais de 600 pessoas se inscreveram para participar do evento, atingindo as expectativas dos organizadores.

A solenidade de abertura do Sustentar, dia 27, no auditório deputada Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa, reuniu dezenas de autoridades representando diversos órgãos envolvidos com o assunto nos municípios, estados, país e mundo.

O presidente do Parlamento catarinense, deputado Jorginho Mello (PSDB), deu boas-vindas aos participantes e destacou a importância de debates com este foco e de ações do Legislativo para promover a sustentabilidade. "No Sustentar 2009, podemos aprender um pouco mais sobre produção de energia e alimentos, mas, acima de tudo, podemos apresentar o respeito e o zelo ao meio ambiente. Aqui na Casa estamos projetando a construção do prédio Anexo com a captação da água das chuvas. Será uma das primeiras obras pú-

blicas a contar com este sistema", informou.

LIVRO

O evento é promovido pelo Parlamento catarinense, através das comissões de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Turismo e Meio Ambiente. O idealizador e coordenador do Sustentar 2009, deputado Pedro Uczai (PT), abriu o fórum de debates falando sobre o livro "Inevitável Mundo Novo – A relação entre energias renováveis, produção de alimentos e o futuro do planeta", de sua autoria, resultado da primeira edição do fórum, lançado no dia 28 à noite.

Uczai destacou a concretização do debate em um estado que passou por uma das piores enchentes do país, nas regiões do Vale do Itajaí, Norte e Grande Florianópolis, seguida por uma forte estiagem nas regiões Oeste, Extremo-Oeste e Meio-Oeste. "Pretendemos dar respostas, reagir, e uma delas é a energia renovável. O debate é fundamental e necessário para minimizar o uso de energias fósseis, mas não é o suficiente. Queremos transformar a Assembleia no maior espaço para discutir este assunto, pensar um novo marco regulatório para incentivar, com subsídios, programas de energias renováveis", ressaltou o deputado.

Brasil dá exemplo em energia renovável

O secretário-adjunto Nacional de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Paulo Altaur Pereira Costa, fez a palestra inaugural destacando as energias renováveis no contexto das diretrizes e prioridades da política energética. Ele apresentou números do governo federal referentes às matrizes energéticas. Costa explicou que, em 2007, 89% da energia produzida no país foi sustentável, ao contrário do restante dos países que utilizaram apenas 18%. "O único continente com condições de sustentabilidade energética no mundo é o continente americano", acrescentou.

O representante da ONU para Agricultura e Alimentação, José Tubino, destacou a importância do debate no momento em que uma crise gera insegurança alimentar em um sexto da população mundial. "Estamos passando por uma crise ambiental e financeira, com perda de florestas e rios e com os recursos em poucas mãos. Isto acaba estendendo a crise alimentar: cerca de 160 milhões de pessoas a mais que em outros períodos estão em área de insegurança alimentar."

O presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, deputado Silvio Dre-

veck (PP), afirmou estar preocupado com o planeta. "Energia também é alimento e quando se desperdiça um, desperdiça o outro. É com o desenvolvimento sustentável que começamos a evitá-lo", explicou.

O presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, deputado Décio Góes (PT), destacou que não há mais tempo nem condições para a construção de desenvolvimento sustentável. "Eventos climáticos e a aprovação de um código ambiental menos defensivo é um desastre anunciado. O Sustentar serve para construir políticas e saberes e convocar à ação urgente."

Pesquisador prevê aquecimento de 4°C até 2100

O professor e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Philip Martin Fearnside, abordou, dia 28, o tema "Mudanças climáticas e o futuro do Planeta".

Conceitos, gráficos com projeções dos aumentos de temperatura do planeta e cenários com várias mudanças climáticas foram apresentados pelo professor, que

afirmou ser a poluição ocasionada pelos gases de efeito estufa a principal causa do aquecimento global. Segundo Philip, "a média do aquecimento do Planeta até 2100 será de 4°C".

Especializado nos efeitos climáticos na floresta amazônica, o pesquisador falou que o desmatamento é a principal causa do efeito estufa no Brasil -, o quarto

país do mundo na emissão dos gases.

Fearnside defendeu mudanças no comportamento do homem para conter os eventos climáticos como secas, incêndios e enchentes. Entre as ações essenciais, o fim do desmatamento, a diminuição do uso de energia e da emissão dos gases poluidores.

COMISSÕES

Morro da Igreja, em Urubici, vai ganhar projeto arquitetônico

Tatiani Magalhães

Promovida pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, a audiência pública, dia 21, na Câmara de Vereadores de Urubici, debateu propostas de infraestrutura para o Morro da Igreja, um dos mais importantes pontos turísticos do estado, especialmente no inverno, quando é comum a ocorrência de neve, mas de difícil acesso.

Conduzido pelo presidente da comissão, deputado Décio Góes (PT), o encontro reuniu parlamentares, autoridades, sociedade e entidades ligadas ao meio ambiente. Como resultado, será elaborado um projeto arquitetônico.

Requerente da audiência, o deputado Edison Andrino (PMDB), disse que a obra de infraestrutura prevê a construção de um deck, sanitários e até mesmo uma cafeteria, além de medidas de segurança. "Esse é um projeto viável e sem grandes custos. Basta ser elaborado com responsabilidade para que o meio ambiente seja preservado", frisou.

O líder do governo no Parlamento catarinense, deputado Eli-

zeu Mattos (PMDB), lembrou que o Morro da Igreja é um cartão-postal da Serra catarinense. "Hoje demos o primeiro passo. Com o projeto arquitetônico em mãos e a parceria formada pelos governantes do município e região, o Poder Legislativo será o elo entre os parceiros e a angariação de recursos para a iniciativa", acrescentou.

Segundo Décio Góes, o simples fato de a Aeronáutica, o Instituto Chico Mendes e o governo municipal estarem de acordo com a elaboração do projeto já é meio caminho andado, uma vez que essas entidades são responsáveis pela preservação do lugar. "A Aeronáutica, por possuir no topo do Morro da Igreja o Centro de Controle do Tráfego Aéreo no Sul do Brasil, através do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta), o instituto, que desenvolve ações para conservação e a proteção ambiental, e a prefeitura, responsável pelas ações do município."

Para o deputado Reno Caramori (PP), o turismo em Santa Catarina precisa ser estimulado. "O que pretendemos com esse

projeto é preservar esse ponto turístico de Urubici com o aprimoramento do homem".

Crescimento

O prefeito de Urubici, Adilson Jorge Costa (PMDB), e a secretária de Turismo do município, Nádia Correia de Oliveira, reconheceram que o turismo da região tem crescido positivamente e que a cidade só tem a ganhar com esse empreendimento. "Estamos na luta por um turismo sustentável", comentou Nádia.

O presidente da Santur, Valdir Walendowsky, garantiu que vai tirar o projeto do papel. "Urubici está presente em 100% do material de divulgação do Estado", observou.

Diante da proposta, Michel Pomena, chefe do Parque Nacional de São Joaquim, apresentou um pré-projeto sugerindo a criação de um Centro de Visitantes, com instalações um pouco abaixo do topo do Morro da Igreja. Segundo ele, os turistas passarão a ter informações sobre hospedagem, alimentação e passeios.

Solon Soares



Requerida por Andrino e conduzida por Décio Góes, reunião aponta caminho para desenvolver turismo na serra

Mais baixas temperaturas do país

Localizado no topo da Serra catarinense, a 930 metros de altitude, Urubici abriga o Morro da Igreja, um dos pontos mais altos do Sul do Brasil, com 1.828 metros de altitude, e onde se registram as mais baixas temperaturas do país. A mínima já chegou a -17,8° que, por causa do vento quase permanente, resulta em

sensação térmica de -40°. Além de paisagens deslumbrantes que atraem turistas do mundo inteiro, a cidade oferece a seus visitantes 45 atrativos turísticos, 39 sítios arqueológicos, 88 cachoeiras e 30 unidades hoteleiras entre o perímetro urbano e rural.

Com tantos atrativos, a cidade, hoje conhecida mundialmen-

te, passou a receber um fluxo de turistas que cresce a cada ano. Uma das principais atrações é a famosa Pedra Furada, uma intrigante obra da natureza, com uma abertura de 30 metros de circunferência, que ganhou destaque no país como uma das formações mais curiosas existentes.



Eduardo Guedes de Oliveira

Estudo aponta que apenas 42% do trecho de Palhoça a Passo de Torres, com extensão de total 248,5 quilômetros, foram duplicados

Audiência reivindica avaliação das obras da 101

Encontro analisa ritmo trabalhos na rodovia, uma das prioridades da Agenda Positiva

Rodrigo Viegas

Para discutir e avaliar a duplicação do trecho Sul da BR-101, um dos temas da Agenda Positiva, a Comissão de Transportes realizou, dia 25, audiência pública. "Estamos iniciando o trabalho da Agenda Positiva falando de obras importantes para Santa Catarina, elencadas como prioritárias pela Mesa da Assembleia. Entre elas, a da 101, uma das maiores e mais relevantes", afirmou o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), na abertura dos trabalhos.

Deputados estaduais, representantes do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), federações, associações, cooperativas, prefeituras, secretários municipais e usuários da rodovia participaram da reunião.

Entre os resultados, será elaborado documento contendo as principais reivindicações ao Ministério dos Transportes. Coordenado pelo presidente da Comissão de Transportes, deputado Reno Caramori (PP), e proposto pelo deputado Valmir Comin (PP), o encontro reforçou a necessidade de uma complexa avaliação das condições da obra: são 248,5 quilômetros de duplicação, de Palhoça, a Passos de Torres, no Rio Grande do Sul, com valor estimado de R\$ 1,6 bilhão, contendo dois túneis, 29 pontes, 38 viadutos, 62 passarelas e 52 passagens para pedestres.

Segundo estudo encomendado pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) à Saporiti Engenharia, da extensão total, apenas 104 quilômetros já foram duplicados, cerca de 42%. Os túneis representam 0,25% dos

trabalhos a serem realizados. Das 29 pontes, 16 foram executadas e 10 estão em execução.

Dos viadutos, 14 estão prontos e 10 em execução. Os 14 restantes sequer foram iniciados. Entre as passagens para pedestres, 14 foram executadas, 28 estão em execução, mas grande parte está paralisada. Das 62 passarelas, duas foram executadas e outras duas estão em processo de construção.

De acordo com Egídio Martorano, representante da Fiesc, foi realizado um levantamento minucioso das obras. Entre as principais preocupações, estão os "gargalos" já conhecidos - Morro dos Cavalos, Morro do Formigão, Ponte de Laguna e elevado de Maracajá. Além de "uma série de obras listadas que ainda demandam de prazo superior a 18 meses para execução", conforme o engenheiro responsável pelo

estudo, Ricardo Saporiti. "É ilusório acreditar que os problemas estão restritos aos gargalos", afirmou, dizendo que dificuldades com as empreiteiras são bastante graves.

"A situação das empresas, muitas delas não conseguindo cumprir com os contratos, faz com que grande parte das obras esteja atrasada. Há dificuldade de fluxo de caixa", completou o engenheiro.

Comin criticou o não cumprimento dos contratos. "Algumas empresas cumpriram o estabelecido, enquanto outras ficaram em 30% e, ainda pior, outras nem iniciaram o estabelecido." Nessa linha, a deputada Ada Faraco De Luca (PMDB) questionou: "Se havia defasagem de preço porque algumas empreiteiras já estão com seus trechos praticamente prontos? O que está oculto? Aditivos? Incapacidade? Os catarinenses querem explicações."

Senadora sugere audiência com TCU para reavaliar contratos com empreiteiras

A senadora Ideli Salvatti (PT/SC) sugeriu audiência com o Tribunal de Contas da União (TCU) para reavaliar os contratos. "Feitos no início do governo, ficaram defasados. É preciso uma audiência com o TCU para tratar de uma readequação." Ela propôs ainda um encontro com ministro da Fazenda, Guido Mantega, para tratar da implantação de uma linha de financiamento para as empresas com problemas.

O vice-presidente do Conselho

Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), José Antônio Latrônico Filho, explicou que "o deságio observado à época das licitações era um problema evidente".

Responsável pela obra, o superintendente do DNIT, João José, e engenheiros apresentaram uma ampla visualização de todo trecho Sul. Foram avaliadas as situações de pontes, viadutos e asfaltamentos em regiões delicadas. Problemas com equipa-

mentos, mão-de-obra, instabilidade de terrenos, licenciamento ambiental, sítios arqueológicos, desapropriações, espólios, documentação, jazidas e embargos foram listados, evidenciando a complexidade da obra. Mesmo assim, a equipe do DNIT mostrou-se convencida que a primeira fase da duplicação será concluída até a segunda fase, com os túneis do Morro dos Cavalos e do Morro do Formigão, mais a

Ponte de Laguna e o elevado de Maracajá, deverá ficar pronta até junho de 2012.

Representantes da bancada petista, os deputados Décio Góes e Jailson Lima salientaram que o atraso na duplicação não é responsabilidade do governo federal que, através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), alocou os recursos. Góes afirmou que "a dificuldade maior vem das empreiteiras".



Carlos Kilian

Público participa das discussões em torno da lei que movimenta R\$ 1 bilhão por ano em cultura

Secretário Nacional de Cultura defende mudanças na Lei Rouanet

Em uma disputada audiência pública, dia 22, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, foram propostas de mudanças na Lei Rouanet. O encontro, iniciativa do presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, deputado Pedro Uczai (PT), definiu a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura.

Implantada há 18 anos, a lei movimenta cerca de R\$ 1 bilhão por ano na cultura e é o principal mecanismo de patrocínio do setor no país. Por meio dela, as empresas podem aplicar parte do dinheiro do imposto devido em projetos diversos. O modelo viabiliza boa parte do que se produz em teatro, música, dança e outras manifestações e, ao mesmo tempo, é criticado por uma série de distorções que foram se sedimentando.

O deputado Dirceu Dresch

(PT), coordenador da audiência em virtude da ausência justificada do proponente, avaliou que "o Brasil tem, ao longo deste governo, fortalecido a política pública de estado e, consequentemente, a política cultural, o que contribui para a democratização do acesso aos recursos públicos e a participação da sociedade e dos governos estaduais e municipais".

Num monitoramento cultural realizado pelo Ministério da Cultura (MinC) e apresentado pelo secretário Nacional de Cultura, Roberto Nascimento, ficou constatado que 92% dos brasileiros nunca frequentaram um museu, apenas 14% vão ao cinema, 93% e outras manifestações e, ao mesmo tempo, é criticado por uma série de distorções que foram se sedimentando.

Já no segundo caso a região Sudeste movimentou 79% do total de investimentos em cultura, enquanto o Sul fica com 11%, Nordeste 6%, Centro Oeste 3% e Norte 1%.

Distorções

multiuo. Também foi levantado que o orçamento do MinC dobrou em cinco anos, mas os valores de renúncia fiscal quase triplicaram. Do total de recursos, 20% são provenientes do orçamento federal e 80% de renúncia fiscal.

SC recebe 1,6% dos incentivos

Dos 11% dos recursos da Lei Rouanet destinados à região Sul, 59% são direcionados para o Rio Grande do Sul, 25% para o Paraná e 16% ficam em Santa Catarina, representando 1,67% do total nacional.

Para tentar sanar as distorções, o secretário Nacional de Cultura apresentou as propostas do MinC, colhidas depois de "um amplo debate, público e aberto, como nunca aconteceu para discutir a cultura no Brasil". Hoje não há avaliação subjetiva dos projetos beneficiados com isenção fiscal, apenas são levados em consideração aspectos como orçamento e prazo. Já a nova lei prevê que comissões

formadas por governo e sociedade avaliarão também o mérito artístico da obra. A Lei Rouanet prevê hoje duas faixas de isenção fiscal fixas. Na nova lei, serão seis faixas de isenção e o enquadramento em cada uma delas será decidido por comissões paritárias, formadas por governo e sociedade.

O novo projeto também prevê a criação de um sistema de pontuação. Itens variados, que devem passar por questões de acessibilidade e de diversidade regional, serão considerados com maior ênfase. "Quanto menor o índice de abatimento, mais dinheiro a empresa deve tirar do próprio bolso".

Produtores culturais presentes à audiência temem que as novas regras possam impor um retrocesso ao segmento. Na defesa da proposta, Nascimento argumentou que "a renúncia fiscal tem limitações e não pode ser a solução de todos os problemas e demandas da cultura no país".

Responsável por finalizar os trabalhos, o deputado Sargento Soares (PDT) elogiou o esforço do ministério em tentar mudar os "excessos". Entre as reivindicações definidas na reunião, estão políticas públicas para a formação artística, a avaliação regular dos resultados da Lei Rouanet e a criação da Frente Parlamentar. (Rodrigo Viegas)

INSTITUCIONAL

Fiesc homenageia empreendedores

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina entrega medalha de Ordem ao Mérito a cinco empresários

Scheila Dziedzic

O presidente da Assembleia Legislativa, Jorginho Mello (PSDB), participou dia 22 de um dos mais importantes eventos da Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina (Fiesc), quando cinco empresários, reconhecidos em sua capacidade empreendedora, receberam medalha da Ordem do Mérito Industrial de Santa Catarina.

Foram homenageados Ingo Fischer (Irmãos Fischer), Jair Philippi (ramo madeireiro, soja, construção civil e serviços), Rolf Buddemeyer (Indústria Têxtil Buddemeyer), Ruy Hülse (Indústria Carbonífera) e Sérgio Rodrigues Alves (administrador de empresas, ex-secretário de Estado da Fazenda e atual presidente de Distribuição da Celesc).

Conforme Alcantaro Corrêa, presidente da Fiesc, o evento foi "um tributo à competência de pessoas que tanto produziram e fizeram o bem para a sociedade catarinense, extensivo a sindicatos patronais associados à federação das indústrias, à RBS por seus 30 anos, à Defesa Civil e ao Exército".

Também foi entregue na ocasião a mais alta condecoração da



Presidente Jorginho Mello com governador Luiz Henrique na solenidade de outorga do mérito industrial

indústria brasileira, a Ordem do Mérito Industrial, concedida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao empresário Francisco Amauri Olsen, que iniciou sua carreira na empresa Tigre, de Joinville, na qual agora é membro do Conselho Administrativo. Apenas 10 empresários brasileiros recebem a honraria a cada ano. Todos os estados encaminham suas indicações e a escolha dos nomes que

receberão a medalha é feita por uma comissão da CNI.

Amauri Olsen, que falou em nome de todos os homenageados, disse que este prêmio é uma coroação da carreira como executivo e se declarou honrado em suceder importantes figuras para a indústria catarinense que já conquistaram esta medalha. "Em 40 anos de empresa passei por diversos setores, tendo começado como office

boy. Hoje, quando fazemos o café com os demais colaboradores e encontro o office boy, costumo brincar que, com persistência e empenho, ele poderá ser o próximo presidente", comentou.

Coroamento

O presidente da Assembleia, Jorginho Mello, destacou a importância deste reconhecimento con-

cedido pela Fiesc, que classificou como o coroamento do trabalho empreendedor dos industriais catarinenses que, através da sua atividade, contribuem sobremaneira com o desenvolvimento do Estado. "Os empresários que receberam a Ordem do Mérito Industrial são apenas alguns entre tantos outros que fazem Santa Catarina um estado vencedor e de destaque no cenário nacional. Eles estão exercendo, ainda, um papel importante, auxiliando na recuperação da crise. São eles que exercem com grande responsabilidade social a sua atividade e participam estimulando fortemente a vida econômica do estado", afirmou Mello.

O governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) também reconheceu como justa a homenagem aos que são responsáveis pelo crescimento da economia catarinense acima da média brasileira. Segundo ele, isso faz com que o Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina seja maior que os do Uruguai, Paraguai e Bolívia somados. "Faz com que nós apresentemos, ainda, Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) próximos aos dos países europeus."

SC discute pauta para Conferência Nacional de Comunicação

O comprometimento do Estado com a democratização da comunicação é a principal proposta do movimento de entidades civis organizadas na Conferência Nacional de Comunicação, de 1º a 3 de dezembro deste ano, em Brasília. A reunião é convocada por decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Antes da etapa nacional, Santa Catarina está organizando, em conjunto com a Assembleia Legislativa, a Conferência Estadual em oito regiões: Oeste, Meio

Oeste, Planalto Serrano, Planalto Norte, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Sul e Extremo Sul.

A comissão organizadora articula junto ao poder público estadual a convocação da conferência em Santa Catarina, a exemplo do que fez o presidente da República, para que haja o comprometimento efetivo com a causa.

No dia 21, em audiência pública promovida pela Comissão de Legislação Participativa, presidida pela deputada Pro-

Miriam Zomer



Deputada Professora Odete de Jesus preside audiência pública

fessora Odete de Jesus (PRB), foi discutida a pauta a ser abordada na conferência.

O presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, Rubens Lunge, defendeu a necessidade de políticas públicas, como o controle dos meios de comunicação. Como exemplo, ele questiona o fato de o sinal da TVAL, canal de televisão do Poder Legislativo, não ser aberto, uma vez que é de relevante serviço público. "A democratização da comunicação é um dos tópicos já definidos de discussão. Queremos que haja a participação da sociedade em relação aos conteúdos."

O palestrante Pedrinho Guareschi, professor da PUC/RS, defendeu que o povo diga qual o tipo de comunicação que quer, uma vez que essa, de acordo com a Constituição Federal, é um serviço público. "Cerca de 80% dos assuntos do dia-a-dia são definidos pela mídia e, sem a mobilização da sociedade, nunca vamos progredir rumo à comunicação que precisamos", observou.

Sociólogo diz que há linha divisória na crise econômica mundial

Na palestra "Para onde caminha o outro mundo possível – crise mundial e as perspectivas na América Latina", o sociólogo Emir Sader afirmou, dia 26, que há uma linha divisória na crise mundial. Segundo ele, a linha fica entre os países que assinaram tratados de livre comércio regionais e aqueles que o fizeram com os Estados Unidos.

Sader esteve na Assembleia Legislativa a convite dos deputados petistas Jailson Lima e Pedro Uczai, com apoio da bancada e do diretório estadual do partido.

Para o sociólogo, os países da América do Sul estão conseguindo atravessar, de maneira menos turbulenta, a crise mundial, em função da sua estruturação econômica num bloco comercial regional, o Mercosul. A situação descrita por ele é contrária à de alguns países latinos, como o México. Voltado mais para sua economia interna, firmou acordo com os Estados Unidos e ficou dependente em cerca de 90% daquele país em suas relações comerciais. "Até então o México era autossustentável na produção

de milho, principal grão da sua alimentação, mas que, com o acordo comercial com os Estados Unidos, está sendo usado para a produção de bicomustível. Esse é um dos efeitos brutais dessa relação desigual", disse Emir Sader.

Ele ainda destacou a mudança do cenário político da América Latina. De acordo com ele, este é o continente em que mais surgiram governos neoliberais. Na década atual, o cenário é oposto: só na América do Sul existem cinco presidentes declaradamente de esquerda que buscam um projeto de integração nacional independente.



Sader: menos turbulência

Aprovada admissibilidade de MPs

Medidas provisórias preveem recursos para Microbacias, transporte coletivo de Joinville, saúde e rodovias

O plenário aprovou por unanimidade, dia 27, a admissibilidade de quatro das cinco Medidas Provisórias (MPs) encaminhadas pelo Executivo ao Parlamento. As MPs preveem a captação de recursos ao Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Microbacias), da Secretaria de Agricultura; para saneamento básico, através da Casan; pavimentação de rodovias, por meio do Deinfra; modernização das unidades hospitalares através da Secretaria da Saúde; e para o transporte coletivo de Joinville.

As MPs seguem agora para discussão nas comissões de mérito, que apresentarão projeto de conversão em lei. Em seguida, estarão aptas para receber emendas e pareceres. Caso não sejam convertidas em lei dentro de 30 dias após a sua publicação, ocorrida no último dia 18, perderão a eficácia.

A MP nº.150/2009, que autoriza o empréstimo de cerca de US\$ 35 milhões, junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), recebeu ressalvas do PT e PP. Ambas, por intermédio dos deputados Pedro Uczai (PT) e Silvio Dreveck (PP), questionaram "a insuficiência de recursos para um programa estrutural e importantíssimo para Santa Catarina".

Coube ao deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB) responder que "o investimento terá uma contrapartida de igual valor



Líder do governo, Elizeu Mattos conversa com o líder do PP, Silvio Dreveck

por parte do governo estadual, dando continuidade a um programa que tem atendido muito bem aos catarinenses".

Outra MP, a de nº. 151/2009 e que prevê R\$ 40 milhões para o Programa de Modernização do Transporte Coletivo de Joinville, foi elogiada pelos parlamentares daquela região, deputados Darci de Matos (DEM), Kennedy Nunes (PP) e José Cardozo – Cardozinho (PPS).

Também sem maiores debates, a MP nº. 152/2009, que destina financiamento de 17,6 milhões de euros de instituição alemã para a modernização tecnológica dos hospitais da rede pública, através do programa ProSaúde, foi aprovada. A última admissibilidade foi a da MP nº. 154/2009, que encaminha recursos para pavimentação de rodovias.

A quinta e última MP foi anali-

sada separadamente por conta de divergências apontadas pela oposição. A MP nº. 153/2009 pretende destinar 142,8 milhões de dólares, o equivalente a R\$ 291 milhões, para investimentos da Casan em saneamento básico.

Uczai apontou na MP a ausência de cronograma financeiro, falta de informação sobre quando será liberado o dinheiro, quando será amortização e a não explicitação dos encargos financeiros. Recebeu o apoio dos deputados Silvio Dreveck, Kennedy Nunes e Jailson Lima (PT).

Sem as informações que julgavam necessárias, a oposição se retirou do plenário para que não houvesse quorum qualificado (21 votos) para apreciação da matéria. A estratégia foi criticada pela base de sustentação ao governo. Sem quórum, a MP foi retirada de pauta, devendo ser votada no dia 9.

Saiba mais

MP de nº 150/09 - Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural: Autoriza o Executivo a contrair operação de empréstimo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), de 35 milhões de dólares, para dar seguimento e conclusão ao trabalho do Microbacias 2.

implementação do Programa de Ampliação e Modernização Tecnológica das Unidades Hospitalares (Prosaúde). A missão deste programa é a obtenção de recursos para a aquisição de meios e equipamentos destinados a ampliar e modernizar as unidades hospitalares.

MP nº 151/09 - Programa de Modernização do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Joinville: Autoriza o governo do Estado a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes) para atender ao Programa de Modernização do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Joinville, no valor de R\$ 40 milhões.

MP nº 154/09 - Pavimentação de Rodovias: Autoriza o Estado a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa de Investimentos e Pavimentação de Rodovias Estaduais e para o fortalecimento do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra). O empréstimo prevê a destinação de 50 milhões de dólares ainda este ano para financiar o Programa Rodoviário de Santa Catarina, Etapa V, e 250 milhões de dólares destinados ao financiamento do Programa Rodoviário de Santa Catarina, Etapa VI, "a ser contratado no momento mais oportuno, quando a capacidade de endividamento do Estado permitir", conforme indica o texto da medida.

MP nº 152/09 - Programa de Ampliação e Modernização Tecnológica das Unidades Hospitalares de Santa Catarina (Prosaúde): O governo estadual poderá contratar, junto ao MLW – Intermed Handels – Und Consultinggesellschaft mbH, de Berlim, operação de crédito externo, no valor de 17 milhões de euros, para a

Casas lotéricas e agências dos correios terão sistema de segurança

No dia 26, os deputados aprovaram por unanimidade o Projeto de Lei nº 250/08, do deputado Renato Hinnig (PMDB). A matéria estabelece serviço de segurança nas casas lotéricas e agências dos correios, visando maior proteção dos usuários, funcionários e proprietários.

Com a adoção da nova proposta, todos estes estabelecimentos serão obrigados a contratar serviço de segurança prestado por vigilantes profissionais. O serviço obrigatório deverá ocorrer apenas durante o horário comercial. "Há uma grande insegurança em bairros e cidades de Santa Catarina e este projeto, além de dar segurança para os trabalhadores dos



Vigilantes estiveram em plenário durante apreciação do projeto

estabelecimentos em questão, vai se refletir na abertura de novos postos de trabalho para os vigilantes." A sessão foi acompanhada por um grupo de vigi-

lantes que ocupou as galerias do Plenário. Segundo Hinnig, a Secretaria de Segurança Pública ficará responsável pela fiscalização e cumprimento da lei.

Plínio substitui Dreveck e amplia representação do Oeste

O Oeste catarinense tem mais um representante no Parlamento. Tomou posse dia 28 o deputado Antônio Plínio de Castro Silva – Plínio de Castro- (PP), terceiro suplente do Partido Progressista. Ele assumiu a vaga do líder da bancada, Silvio Dreveck, que se licenciou por 60 dias por motivos particulares. O presidente da Assembleia, deputado Jorginho Mello (PSDB), fez a leitura do termo de posse. Em seguida, Plínio prestou o juramento de respeito à Constituição do Estado.

Plínio agradeceu a oportunidade ao seu partido e à população da região Oeste, em especial a São José dos Cedros, onde foi vice-prefeito por duas vezes e vereador. Plínio também foi secretário de de-



Plínio: saúde e educação

envolvimento do Oeste. "Cheguei à condição de deputado graças ao apoio de lideranças do nosso partido. Vou dar atenção especial à educação e em especial à saúde e também à agricultura familiar."

Reconstruindo vidas na Faixa de Gaza

Zulmar de Vasconcelos/ Arquivo pessoal

Cirurgião plástico opera pacientes com paralisias e mutilações em sua sétima viagem ao Oriente Médio

Graziela May Pereira

Cinco dias. Sessenta pacientes. Seis operados. Esse foi o resultado da viagem do cirurgião plástico Zulmar Antonio Accioli de Vasconcelos, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, à Faixa de Gaza. A sua sétima viagem ao Oriente Médio como integrante de organizações que prestam serviço humanitário na região, segundo ele, poderia ser melhor se não fossem as questões políticas.

A viagem, que começou no dia 25 de fevereiro, teve como principal finalidade operar os pacientes com paralisias e mutilações e, principalmente, dando continuidade à formação dos cirurgiões locais para que eles prossigam o trabalho durante o ano inteiro.

Os dez integrantes da comitiva formada por britânicos, franceses, um australiano, uma norte-americana e uma espanhola desembarcaram na Faixa de Gaza sob muita neve, mas com o coração quente. "A temperatura oscilava em torno de zero grau. Foi a viagem mais fria que já fiz para lá. Mas desta vez tudo estava em relativa paz. É a calma do período pós-guerra", disse.

Mais cansaço do que medo. É assim que o médico definiu a sensação vivida por ele. Depois

de sete vezes e muito tempo perdido no deslocamento, a equipe chegou onde queria. Na verdade, desta última vez, Zulmar presenciou o lançamento de um míssil disparado pelos palestinos em direção à cidade israelense de Ashkelon. "O que mais me chateia é que as disputas políticas entre os partidos palestinos dominantes atrapalharam bastante. Da primeira missão, em 2002, para esta de 2009, a politização das ações aumentou muito. Isto atrapalha sobremaneira nosso trabalho. Como médico eu não tenho lado, estou lá para operar e ensinar. As disputas políticas nos dificultam as duas coisas".

Metralhadoras

Depois de chegar à Faixa de Gaza, o grupo se dividiu em dois e cada um foi para um lado. A equipe dele foi levada a um hospital de Gaza City, onde as paredes externas estavam cravadas por tiros de metralhadoras. No estacionamento em frente, acomodavam-se os restos retorcidos de uma ambulância destruída por um míssil. Cerca de 100 pessoas, não só os feridos de guerra, mas vítimas de todo tipo de doença, os aguardavam. Zulmar operou quatro crianças, um adulto e um idoso.



Em cinco dias de viagem em missão humanitária, cirurgião operou seis pacientes; entre eles, quatro crianças

Médico vê semelhança com povo catarinense

Na bagagem, o cirurgião trouxe boas lembranças do povo palestino e israelense. "A recepção é sempre muito boa". Segundo ele, a comparação com Santa Catarina é inevitável já que algumas regiões de Israel são bem parecidas com o estado. "A população israelense, não ortodoxa evidentemente, também é muito parecida com a nossa. Tanto nas feições, quanto no espírito. Os territórios palestinos, por sua vez, são bem diferentes, mas são pessoas excelentes. Os dois povos só querem uma coisa: paz e

felicidade", destacou.

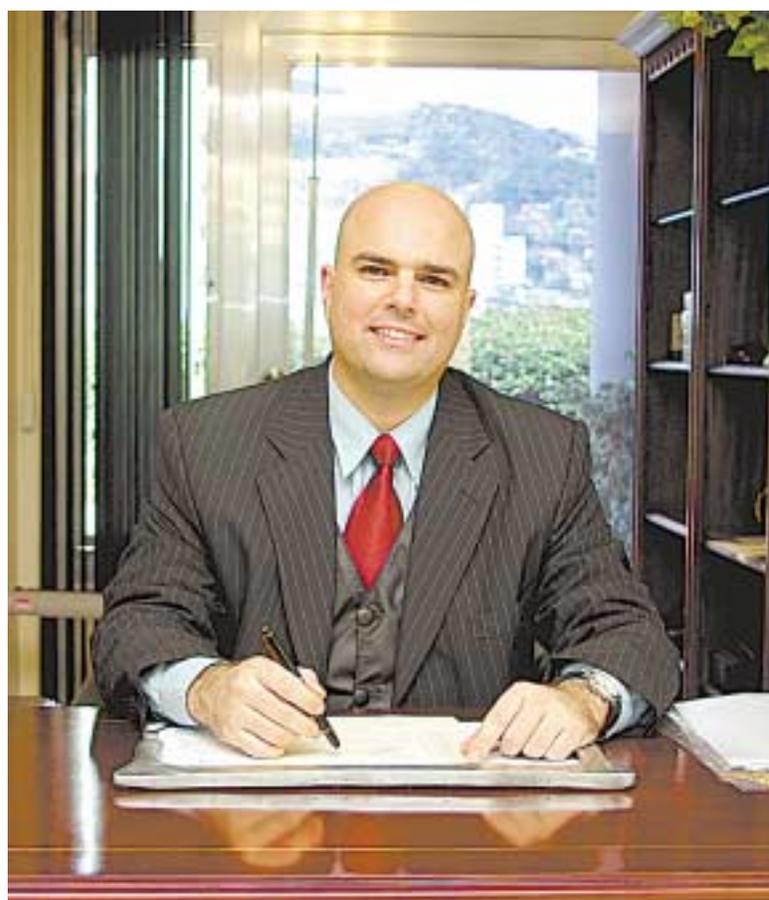
Sobre retornar à Faixa de Gaza, o cirurgião afirmou que está cada vez mais difícil, uma vez que há "intromissão política" na missão.

Segundo ele, o caráter da missão está tomando outra forma. "Fico é desgostoso com o rumo que as coisas estão tomando e com o sentimento de que, mesmo com altos e baixos, a situação não evoluirá muito por lá. Por outro lado, já há sete médicos formados por nós e nove em formação. O que, com certeza, vai diminuir a necessidade

de estrangeiros", completa.

Defensor das ações humanitárias, Zulmar acredita que muito ainda precisa ser feito já que no país há falta de gente para atender tantos pacientes, as equipes não são suficientemente preparadas e os equipamentos sucateados.

"Tudo é muito complexo e, infelizmente, eu não consigo ver a luz no fim do túnel. O máximo que podemos fazer é torcer e esperar que as coisas se ajeitem da melhor forma possível", observou o médico.



Envolvido em ações humanitárias, médico diz que há muito a ser feito

Saiba mais

A faixa de Gaza é um território árido e retangular na ponta sudeste do Mediterrâneo, com cerca de 45 quilômetros de comprimento e 10 quilômetros de largura. A região é habitada há 3.000 anos. Acredita-se que seja o lugar onde foi enterrado um dos avós do profeta Maomé. A população triplicou em 1948, quando absorveu um quarto das centenas de milhares dos refugiados palestinos expulsos das áreas que hoje fazem parte de Israel. Atualmente, cerca de 1,5 milhão de palestinos moram em Gaza, mais da metade refugiados das guerras com Israel e seus descendentes. A maioria vive com menos de US\$ 2/dia. Os bloqueios israelenses diminuíram o comércio além fronteiras e o acesso ao trabalho.

